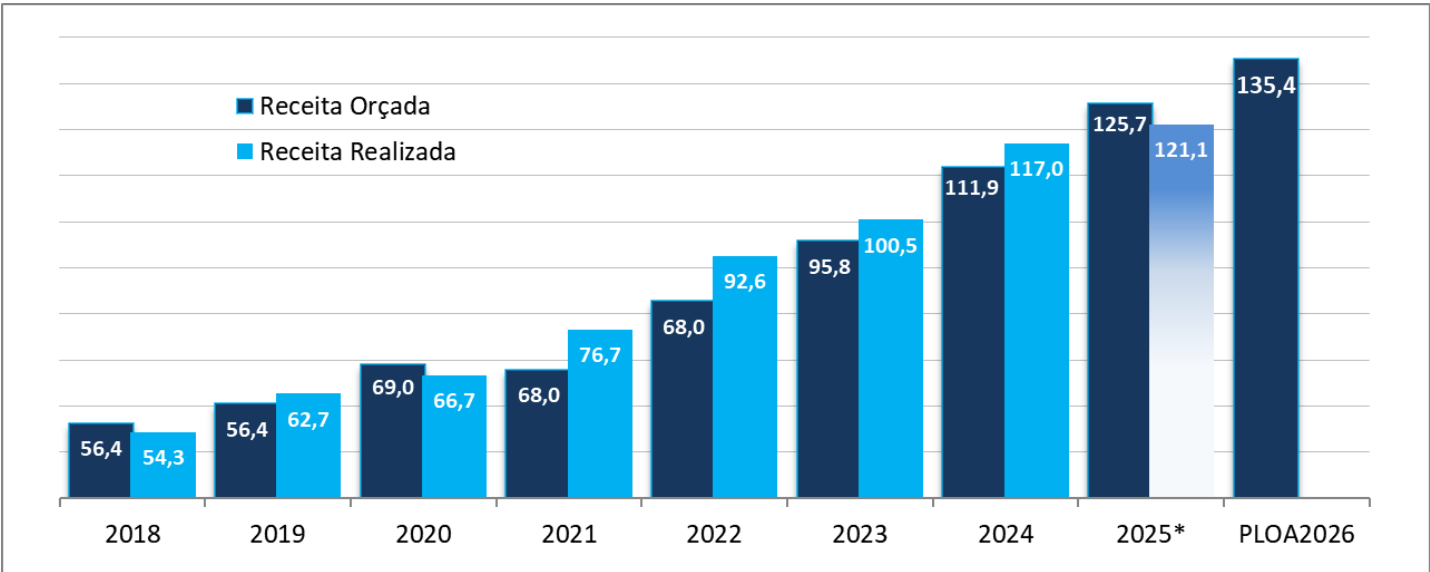


Proposta Orçamentária 2026

Em cumprimento ao disposto na Lei Orgânica do Município, o Poder Executivo enviou à Câmara Municipal, dentro prazo legal, o Projeto de Lei Orçamentária - PLOA para o ano de 2026. No PLOA 2026, o valor do orçamento consolidado (Administração Direta, Indireta e Legislativo) é de R\$ 135,4 bilhões, o que representa um crescimento de 7,8% em relação ao orçamento 2025.

Gráfico 1 - Evolução Anual da Receita Orçada e Realizada – 2018 a 2024, Previsão 2025 e Proposta 2026 – em R\$ bilhões



(*) Previsão - PLOA 2026
Fonte: Balanços PMSP, LOA 2025 e PLOA 2026

Para a elaboração da previsão de receita para o PLOA 2026, o Executivo adotou como referência um cenário macroeconômico projetado de acordo com as expectativas do mercado financeiro para o próximo ano, conforme apresentado no Relatório *Focus Séries* do Banco Central do dia 25/07/2025. Naquela edição do relatório, as expectativas referentes ao ano de 2026 apontavam para um crescimento do Produto Interno Bruto - PIB de 1,89% e uma taxa de inflação (IPCA/ IBGE) de 4,44%. Segundo o Relatório *Focus* mais recente, de 10/10/2025, as estimativas permaneceram praticamente inalteradas: PIB projetado em 1,80% e IPCA em 4,28%.

Para o ano de 2025, que serve de base para o crescimento do próximo ano, as projeções também apresentaram variações modestas: o crescimento esperado do PIB passou de 2,23% para 2,16%, e a inflação projetada de 5,09% para 4,72%.

O cenário econômico exerce influência principalmente sobre as receitas correntes, que representam mais de 90% do orçamento. De acordo com o Anexo de Previsão de Receitas que acompanha o PLOA 2026, estima-se que a cada 1% de variação do PIB do setor de serviços resulte em uma variação de 2,5% da receita de ISS, principal item da arrecadação municipal.

Receitas Estimada

Com base nas premissas macroeconômicas, o PLOA 2026 estima crescimento nominal das receitas correntes de 8,2% em relação a lei orçamentária de 2025, equivalente a 3,3% em termos reais.

Entre os tributos municipais, destaca-se o Imposto Sobre Serviços (ISS), cuja arrecadação prevista é de R\$ 42,3 bilhões (aumento de 12,6% sobre a LOA 2025), seguido pelo Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), estimado em R\$ 19,2 bilhões (alta de 9,2%).

Outras variações relevantes entre as receitas correntes incluem: Receitas de Contribuições com crescimento de 20,6%, (totalizando R\$ 4,6 bilhões, impulsionadas pelas contribuições previdenciárias dos servidores e pela Contribuição para Custeio da Iluminação Pública - COSIP); Transferências do FUNDEB com previsão de R\$ 8,8 bilhões (aumento de 18,9%), e ICMS, alcançando R\$ 9,0 bilhões (crescimento de 10,1%). Por outro lado, as Receitas Patrimoniais registram expressiva queda de 36,9%, refletindo redução nas expectativas de rendimentos de aplicações financeiras.

A Tabela 1 apresenta a comparação entre os valores orçados para 2025, a arrecadação realizada até setembro de 2025 e a proposta para 2026. Ressalte-se que os valores de 2025 foram apurados antes do fechamento contábil do mês de setembro, podendo sofrer pequenas variações.

	Orcamento 2025 (I)	Arrecadado até Set/25 (II)	Proposta 2026 (III)	Realiz.% (III / I)	Var.Nom % (III / I)
RECEITAS CORRENTES	102.030.270.915	78.641.744.852	110.357.584.615	77,1%	8,2%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	65.837.471.952	50.877.548.184	72.486.987.180	77,3%	10,1%
<i>IPTU*</i>	<i>17.596.243.214</i>	<i>14.765.329.128</i>	<i>19.220.253.396</i>	<i>83,9%</i>	<i>9,2%</i>
<i>ISS*</i>	<i>37.559.875.557</i>	<i>28.614.140.037</i>	<i>42.304.505.644</i>	<i>76,2%</i>	<i>12,6%</i>
<i>ITBI*</i>	<i>4.399.222.246</i>	<i>3.265.348.927</i>	<i>4.701.438.091</i>	<i>74,2%</i>	<i>6,9%</i>
<i>IRRF*</i>	<i>5.521.973.064</i>	<i>3.615.539.952</i>	<i>5.444.075.609</i>	<i>65,5%</i>	<i>-1,4%</i>
<i>Outras Receitas Tributárias</i>	<i>760.157.871</i>	<i>617.190.139</i>	<i>816.714.440</i>	<i>81,2%</i>	<i>7,4%</i>
Receita de Contribuições	3.827.048.645	2.989.857.058	4.614.763.168	78,1%	20,6%
Receita Patrimonial	4.464.005.151	3.739.064.471	2.817.379.100	83,8%	-36,9%
Receita de Serviços	110.790.500	114.336.787	149.071.413	103,2%	34,6%
Transferências Correntes	24.925.869.172	19.410.189.294	27.635.155.752	77,9%	10,9%
<i>ICMS</i>	<i>8.163.044.189</i>	<i>5.945.935.837</i>	<i>8.989.595.628</i>	<i>72,8%</i>	<i>10,1%</i>
<i>IPVA</i>	<i>3.643.115.707</i>	<i>3.438.482.377</i>	<i>3.875.946.021</i>	<i>94,4%</i>	<i>6,4%</i>
<i>FUNDEB</i>	<i>7.388.707.990</i>	<i>6.001.575.455</i>	<i>8.781.424.803</i>	<i>81,2%</i>	<i>18,9%</i>
<i>Outras Transferências Correntes</i>	<i>5.431.001.286</i>	<i>4.024.195.626</i>	<i>5.988.189.300</i>	<i>74,1%</i>	<i>10,3%</i>
Outras Receitas Correntes	2.865.085.495	1.510.749.058	2.654.228.002	52,7%	-7,4%
RECEITAS DE CAPITAL	11.520.854.353	6.197.555.594	12.892.363.421	53,8%	11,9%
Operações de Crédito	8.164.556.461	2.109.719.874	7.255.808.584	25,8%	-11,1%
Alienação de Bens	13.753.554	446.357.576	14.554.455	3245%	5,8%
Amortização de Empréstimos	18.023.106	19.993.446	23.240.899	110,9%	29,0%
Transferências de Capital	899.180.944	411.960.992	694.589.758	45,8%	-22,8%
Outras Receitas de Capital	2.425.340.288	3.209.523.706	4.904.169.725	132,3%	102,2%
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	12.103.072.326	7.792.010.597	12.195.079.398	64,4%	0,8%
RECEITA DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIA	3.000	0	4.000	0,0%	33,3%
TOTAL	125.654.200.594	92.631.311.043	135.445.031.434	73,7%	7,8%

(*) - Inclui arrecadação total com o imposto (Arrecadação Principal, Multas e Juros, Dívida Ativa, PPI, Multas e Juros da Dívida Ativa)

Fonte: SOF/PMSP-SF - setembro/2025 e PLOA 2026

Receitas de Capitais. As receitas de capital estão estimadas em R\$ 12,9 bilhões para 2026, o que representa um crescimento de 11,9% frente à LOA 2025. O resultado é fortemente influenciado pela rubrica “Outras Receitas de Capital”, cuja previsão mais que dobra, passando de R\$ 2,4 bilhões em 2025 para R\$ 4,9 bilhões em 2026. Nesse grupo, destaca-se a receita com a alienação de Certificados de Potencial Adicional de Construção (CEPACs), que passa de R\$ 532 milhões na LOA 2025 para R\$ 2,2 bilhões no PLOA 2026. A maior parte desse montante decorre da Operação Urbana Faria Lima, que, somados os CEPACs e os CEPAC-HIS, totaliza R\$ 1,2 bilhão. Ainda compondo o item “Outras Receitas de Capital”, a Outorga Onerosa do Direito de Construir também

apresenta expansão significativa, com previsão de R\$ 2,0 bilhões em 2026, frente a R\$ 931 milhões em 2025 (crescimento de 115%).

Por outro lado, as operações de crédito apresentam retração. Na LOA 2025 estavam previstas em R\$ 8,2 bilhões, dos quais apenas R\$ 2,1 bilhões haviam sido efetivamente realizadas até setembro/2025. No PLOA 2026, está projetado o montante de R\$ 7,3 bilhões, que inclui parte das operações previstas em exercícios anteriores e ainda não realizadas.

Receitas Intraorçamentárias. Na consolidação dos orçamentos da administração direta e indireta, as Receitas Correntes Intraorçamentárias representam os recursos arrecadados por um órgão da administração municipal, cuja origem é despesa de outro órgão do orçamento municipal. O PLOA 2026 prevê receitas intraorçamentárias no valor de R\$ 12,2 bilhões, variação de apenas 0,8% em relação a 2025.

Esse baixo crescimento decorre, sobretudo, da redução das contribuições patronais ao regime próprio de previdência. Em 2025, estavam previstas em R\$ 6,2 bilhões; para 2026, o valor estimado é de R\$ 5,9 bilhões. Essa diminuição resulta da alteração promovida pelo Decreto nº 64.144/2025, que reduziu a alíquota extraordinária patronal destinada ao Fundo Financeiro (FUNFIN), de 8% para 4%, mantendo-se, entretanto, a contribuição de 56% ao Fundo Previdenciário (FUNPREV), até abril de 2029, conforme previsto no Decreto nº 61.151/2022.

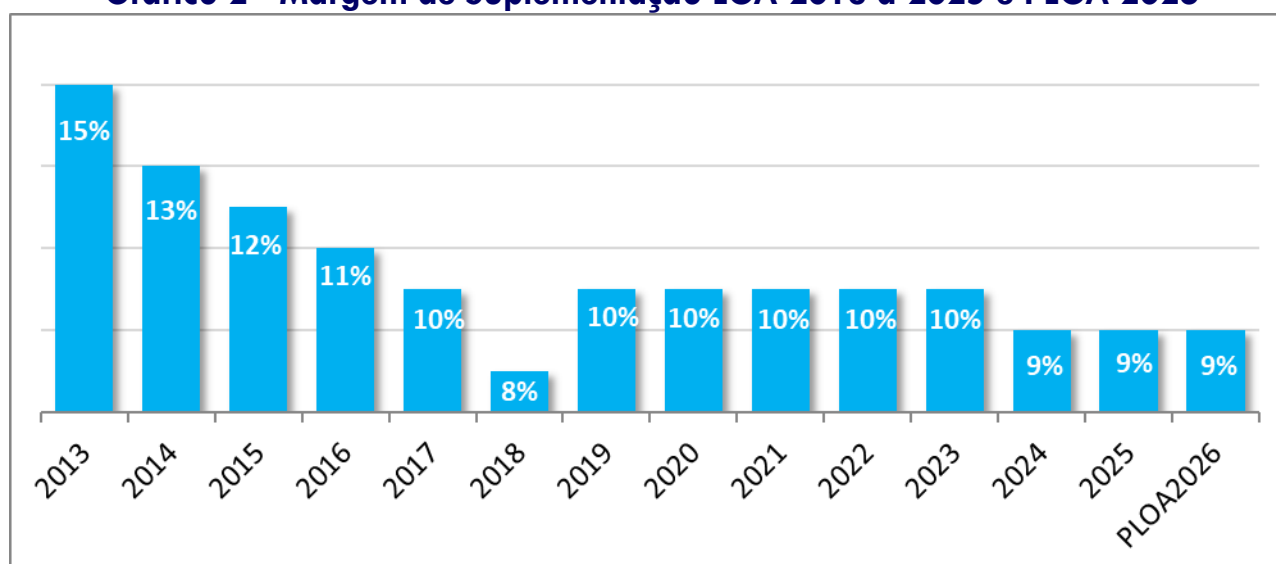
Outro item intraorçamentário de destaque é o aporte do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) ao FUNPREV. Esse movimento configura despesa intraorçamentária da Prefeitura, por se tratar de transferência de recursos a outro órgão da administração, e, simultaneamente, receita intraorçamentária do regime previdenciário.

Despesas Orçamentárias

A partir dessa seção serão apresentados detalhamentos das despesas previstas na PLOA 2026 por órgão, grupo da despesa, função e fonte de recursos, comparativamente ao Orçamento Atualizado (até setembro/2025) e à execução do orçamento (valores liquidados) no exercício 2025.

O Orçamento Atualizado corresponde ao valor inicialmente estabelecido na lei orçamentária, com acréscimos ou reduções resultantes das suplementações (ou anulações) realizadas no decorrer da execução orçamentária. Nesse processo, o Poder Executivo possui a prerrogativa de remanejar recursos dentro do limite percentual previamente estabelecido na Lei Orçamentária Anual (LOA). A LOA 2025 autorizou o Poder Executivo a suplementar até 9% do montante total das despesas fixadas, o que equivale a R\$ 11,3 bilhões. No entanto, a lei orçamentária permite excluir desse limite as suplementações de determinadas dotações como as referentes a: pessoal, função Educação, Saúde, entre outras, conforme previsto no art. 40 da LDO 2025.

Gráfico 2 - Margem de Suplementação LOA 2013 a 2025 e PLOA 2026



Fonte: LOA 2013 a 2025, PLOA 2026

A suplementação de dotação orçamentária pode ser coberta de três formas: pela anulação de mesmo valor de outra dotação; pela utilização de recursos financeiros acumulados em anos anteriores (superávit financeiro) ou pelo excesso de arrecadação. Até setembro, o valor total do Orçamento 2025 foi suplementado em R\$ 3,4 bilhões (de R\$ 125,7 bilhões para R\$ 129,1 bilhões).

O PLOA 2026 propõe a manutenção do limite autorizado para o Poder Executivo suplementar dotações em 9% da despesa total, conforme o art. 7º do texto da proposta. Contudo, amplia-se o rol de exclusões, que podem ser suplementadas sem onerar o limite de 9%. Além das exceções ao limite já previstas nas leis orçamentárias anteriores — como as dotações relativas a pessoal e encargos sociais, bem como às funções Educação, Saúde, Assistência Social e Transporte —, o texto do projeto reitera o disposto na LDO 2026 (§ 4º, V, do art. 40), que ampliou esse rol com as dotações das funções Habitação, Saneamento e Urbanismo.

Despesas por Órgão

A Tabela 2 apresenta o detalhamento do valor da despesa por órgão no PLOA 2026 comparativamente ao valor do Orçamento Atualizado 2025 e ao valor liquidado até setembro/2025 (como os dados foram extraídos antes do fechamento contábil do mês de setembro estão sujeitos a pequenas variações).

Tabela 2 - Despesa por Órgão - Orçamento 2025 x Proposta 2026 – em R\$

Cd	Descrição do Órgão	2025		2026	(B)/ (A)%	Var.% (C)/(A)
		Orçamento Atualizado (A)	Liquidado até 30/09 (B)	Proposta (C)		
2	Hospital do Servidor Público Municipal	577.395.478	362.946.575	598.150.481	62,9%	3,6%
3	Fundo Financeiro - FUNFIN	7.365.997.191	4.424.846.856	6.888.443.844	60,1%	-6,5%
	Fundo Previdenciário - FUNPREV	7.766.325.620	5.236.046.496	8.746.125.655	67,4%	12,6%
	Instituto de Previdência Municipal de São Paulo	178.020.534	124.307.417	130.931.066	69,8%	-26,5%
5	São Paulo Urbanismo	80.105.624	29.677.613	160.478.978	37,0%	100,3%
7	Fundo Municipal de Desenvolvimento Social	91.405.328	59.102.456	65.449.375	64,7%	-28,4%
8	Fundo Municipal do Idoso	12.629.742	5.917.193	16.583.488	46,9%	31,3%
9	Câmara Municipal de São Paulo	1.195.481.713	682.310.086	1.195.481.713	57,1%	0,0%
10	Tribunal de Contas do Município de São Paulo	572.645.360	332.408.394	572.645.360	58,0%	0,0%
11	Secretaria do Governo Municipal	758.351.606	433.811.790	659.283.456	57,2%	-13,1%
12	Secretaria Municipal das Subprefeituras	3.638.909.867	1.953.491.180	4.590.187.783	53,7%	26,1%
13	Secretaria Municipal de Gestão	452.263.172	352.028.732	496.558.455	77,8%	9,8%
14	Secretaria Municipal de Habitação	4.018.449.291	1.455.340.570	1.943.804.386	36,2%	-51,6%
15	Cinema e Audiovisual de São Paulo	21.384.000	0	42.216.812	0,0%	97,4%
16	Secretaria Municipal de Educação	23.205.912.715	16.728.517.001	26.535.648.304	72,1%	14,3%
17	Secretaria Municipal da Fazenda	533.494.530	357.302.947	561.983.637	67,0%	5,3%
19	Secretaria Municipal de Esportes e Lazer	595.546.641	366.783.704	551.150.626	61,6%	-7,5%
20	Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana e Transporte - SMT	11.027.117.459	7.242.767.134	11.175.885.951	65,7%	1,3%
21	Procuradoria Geral do Município - PGM	575.945.944	352.936.305	358.744.692	61,3%	-37,7%
22	Secretaria M. de Infraestrutura Urbana e Obras	2.355.362.953	619.522.182	3.051.110.224	26,3%	29,5%
23	Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia	244.049.507	185.956.775	293.945.685	76,2%	20,4%
24	Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social	267.240.682	114.820.500	349.365.484	43,0%	30,7%
25	Secretaria Municipal de Cultura	1.011.739.325	571.024.027	905.585.941	56,4%	-10,5%
26	Secretaria Municipal de Justiça	6.245.482	3.773.628	5.942.589	60,4%	-4,8%
27	Secretaria Mun. do Verde e do Meio Ambiente	611.355.666	392.519.580	744.212.092	64,2%	21,7%
28	Encargos Gerais do Município	21.049.600.480	13.522.279.881	20.491.915.541	64,2%	-2,6%
29	Secretaria Mun de Urbanismo e Licenciamento	1.416.572.831	212.959.323	2.698.331.766	15,0%	90,5%
30	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho	384.092.575	279.535.428	386.591.520	72,8%	0,7%
31	Secretaria Municipal de Planejamento e Eficiência			31.201.764	-	-
32	Controladoria Geral do Município	47.828.965	26.811.190	54.573.398	56,1%	14,1%
33	Agência Reg. de Serv. Públicos do Mun de São Paulo	50.487.155	27.538.266	290.319.298	54,5%	475,0%
34	Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania	300.213.763	203.482.732	312.865.446	67,8%	4,2%
35	Fundo Municipal de Defesa do Consumidor	8.300	0	2.000	0,0%	-75,9%
36	Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência	87.386.187	36.565.927	130.092.709	41,8%	48,9%

Cd	Descrição do Órgão	2025		2026	(B)/ (A)%	Var.% (C)/(A)
		Orçamento Atualizado (A)	Liquidado até 30/09 (B)	Proposta (C)		
38	Secretaria Mun de Segurança Urbana	1.544.389.782	1.122.514.368	1.835.515.101	72,7%	18,9%
39	Fundo da Procuradoria Geral do Município	41.750.174	6.695.275	434.636.713	16,0%	941,0%
41	Subprefeitura Perus/Anhanguera	41.067.068	20.055.393	39.644.976	48,8%	-3,5%
42	Subprefeitura Pirituba/Jaraguá	65.149.150	31.086.695	62.454.545	47,7%	-4,1%
43	Subprefeitura Freguesia/Brasilândia	58.600.857	32.758.474	63.180.536	55,9%	7,8%
44	Subpref Casa Verde/Limão/Cachoeirinha	45.229.838	26.488.404	44.342.613	58,6%	-2,0%
45	Subprefeitura Santana/Tucuruvi	70.386.575	29.383.552	68.801.299	41,7%	-2,3%
46	Subprefeitura Jaçanã/Tremembé	51.325.808	24.439.669	55.667.118	47,6%	8,5%
47	Subprefeitura Vila Maria/Vila Guilherme	46.230.203	23.343.946	50.593.572	50,5%	9,4%
48	Subprefeitura Lapa	53.335.849	31.775.172	65.027.256	59,6%	21,9%
49	Subprefeitura Sé	188.655.020	102.312.723	190.921.870	54,2%	1,2%
50	Subprefeitura Butantã	51.625.658	27.080.927	54.587.182	52,5%	5,7%
51	Subprefeitura Pinheiros	66.591.000	35.902.885	68.522.942	53,9%	2,9%
52	Subprefeitura Vila Mariana	74.120.979	37.560.877	67.606.636	50,7%	-8,8%
53	Subprefeitura Ipiranga	74.800.892	36.056.176	75.205.925	48,2%	0,5%
54	Subprefeitura Santo Amaro	64.378.368	35.117.345	66.864.062	54,5%	3,9%
55	Subprefeitura Jabaquara	58.647.812	27.499.893	58.860.929	46,9%	0,4%
56	Subprefeitura Cidade Ademar	57.631.188	39.691.080	61.232.580	68,9%	6,2%
57	Subprefeitura Campo Limpo	58.577.568	31.273.149	61.465.633	53,4%	4,9%
58	Subprefeitura M'Boi Mirim	67.828.747	33.306.406	64.303.914	49,1%	-5,2%
59	Subprefeitura Capela do Socorro	48.179.673	28.754.921	51.463.675	59,7%	6,8%
60	Subprefeitura Parelheiros	73.890.208	46.429.726	71.153.647	62,8%	-3,7%
61	Subprefeitura Penha	64.222.230	35.624.936	66.067.211	55,5%	2,9%
62	Subprefeitura Ermelino Matarazzo	46.563.683	24.665.126	56.199.677	53,0%	20,7%
63	Subprefeitura São Miguel Paulista	75.995.091	37.608.414	65.604.476	49,5%	-13,7%
64	Subprefeitura Itaim Paulista	53.143.000	30.398.166	61.610.561	57,2%	15,9%
65	Subprefeitura Mooca	89.800.781	44.544.017	92.294.859	49,6%	2,8%
66	Subpref Aricanduva/Formosa/Carrão	50.512.344	27.019.769	58.016.421	53,5%	14,9%
67	Subprefeitura Itaquera	87.857.356	37.438.505	88.677.530	42,6%	0,9%
68	Subprefeitura de Guaianases	73.247.257	42.988.096	71.557.951	58,7%	-2,3%
69	Subprefeitura de Vila Prudente	47.554.562	28.765.993	50.600.353	60,5%	6,4%
70	Subprefeitura São Mateus	80.089.891	37.261.377	79.962.451	46,5%	-0,2%
71	Subprefeitura Cidade Tiradentes	42.733.855	22.377.273	53.125.591	52,4%	24,3%
72	Subprefeitura Sapopemba	47.283.516	19.717.949	44.849.836	41,7%	-5,1%
73	Secretaria Municipal de Relações Internacionais	35.154.071	6.778.399	34.764.641	19,3%	-1,1%
74	Secretaria Municipal de Turismo	702.464.405	600.867.325	690.520.001	85,5%	-1,7%
75	Fundo Municipal de Parques	4.000	0	4.000	0,0%	0,0%
76	Fundo de Despesas da Câmara Municipal de São Paulo	5.824.100	960.740	8.885.500	16,5%	52,6%
77	Fundo de Despesas do Tribunal de Contas	6.576.000	1.031.991	9.611.481	15,7%	46,2%
78	Fundo de Abastecimento Alimentar de São Paulo	431.985.104	329.569.913	454.819.992	76,3%	5,3%
80	Fundação Paulistana de Educação Tecnologia e Cultura	118.523.685	80.143.500	111.623.068	67,6%	-5,8%

Cd	Descrição do Órgão	2025		2026	(B)/ (A)%	Var.% (C)/(A)
		Orçamento Atualizado (A)	Liquidado até 30/09 (B)	Proposta (C)		
81	Fundo Municipal Limpeza Urbana	3.065.617.292	2.059.605.204	3.246.643.915	67,2%	5,9%
83	Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo	278.398.422	153.053.073	676.408.585	55,0%	143,0%
84	Fundo Municipal de Saúde	22.356.093.177	16.927.518.359	24.078.784.472	75,7%	7,7%
85	Fundação Theatro Municipal de São Paulo	168.361.252	103.852.160	168.505.575	61,7%	0,1%
86	Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura	836.850.996	662.327.957	219.387.972	79,1%	-73,8%
87	Fundo Municipal de Desenvolvimento de Trânsito	1.536.786.924	684.406.231	899.275.687	44,5%	-41,5%
88	Fundo de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural	14.784	0	14.910	0,0%	0,9%
89	Fundo Municipal de Esportes e Lazer	2.400.000	0	1.650.000	0,0%	-31,3%
90	Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	69.357.255	50.138.226	61.302.755	72,3%	-11,6%
91	Fundo Municipal de Habitação	285.414.438	79.587.958	308.222.537	27,9%	8,0%
92	Fundo Mun do Trabalho, Emprego e Renda	2.000	0	2.000	0,0%	0,0%
93	Fundo Municipal de Assistência Social	2.575.778.835	1.642.958.477	2.414.141.710	63,8%	-6,3%
94	Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	50.451.201	10.727.615	18.655.536	21,3%	-63,0%
95	Fundo de Promoção de Atividades Culturais	2.494.836	204.500	724.200	8,2%	-71,0%
96	Fundo Municipal de Turismo	1.000	0	1.000	0,0%	0,0%
97	Fundo de Proteção do Patrimônio Cultural e Ambiental Paulistano	850.612	211.354	473.768	24,8%	-44,3%
98	Fundo de Desenvolvimento Urbano	1.753.036.239	744.256.897	2.155.092.725	42,5%	22,9%
99	Fundo Municipal de Iluminação Pública	659.047.342	447.475.156	449.086.244	67,9%	-31,9%
Total Geral		129.102.449.640	83.500.943.597	135.445.031.434	64,7%	4,9%

Fonte: PLOA2026 e Execução Orçamentária SOF - SF/PMSP - posição 30/setembro 2025

A análise da distribuição dos valores propostos para 2026 entre os órgãos da administração municipal aponta algumas variações significativas em relação ao valores do orçamento atualizado de 2025.

A Secretaria da Educação (cód. 16) apresenta o maior acréscimo absoluto, com aumento de R\$ 3,3 bilhões em relação ao orçamento atualizado de 2025, totalizando R\$ 26,5 bilhões. Em termo percentuais, representa uma variação de 14,3%. Sobressai-se, na educação, o aumento da ação: "Manutenção e Operação da Rede Parceira - Centro de Educação Infantil (CEI)" de R\$ 4,77 bilhões para R\$ 6,33 bilhões, variação de R\$ 1,56 bilhão (equivalente a 32,7%).

Também destacam-se os aumentos absolutos de R\$ 1,7 bilhão no Fundo de Saúde (cód. 84), que passa de R\$ 22,4 bilhões para R\$ 24,1 bilhões (7,7%), e de R\$ 1,3 bilhão na Secretaria de Urbanismo e Licenciamento (cód. 29), cujo orçamento passa de R\$ 1,4 bilhão para R\$ 2,7 bilhões (90,5%).

Ressalta-se, porém, que esta última pasta apresenta uma baixa execução orçamentária até set/2025,

(R\$ 213 milhões, equivalente a 15% do valor atualizado) da pasta.

Em termos percentuais, o maior aumento ocorre no Fundo Especial da Procuradoria Geral do Município - FEPM (cód. 39), que passa de R\$ 41,8 milhões para R\$ 434,6 milhões, correspondendo a uma variação de 941%. Criado pelo art. 19-F da Lei 18.038/2023, o fundo tem como finalidade o aperfeiçoamento dos integrantes e da estrutura da Procuradoria-Geral do Município, provendo os recursos necessários para o aprimoramento de suas atividades, bem como para o custeio, manutenção e melhoria da estrutura operacional da instituição. Além disso, o FEPM gerencia a arrecadação da verba honorária proveniente de feitos judiciais em que o município de São Paulo seja parte. Além da verba honorária, as receitas do Fundo incluem o percentual de 5% da arrecadação da dívida ativa não tributária.

Outro destaque é a Agência Reg. de Serv. Públicos do Mun de São Paulo (cód. 33), cuja proposta cresce 475%, passando de R\$ 50,5 milhões para R\$ 290 milhões. O aumento decorre, sobretudo, de duas ações: "Parceria Público-Privada (PPP) - Parque Dom Pedro II" no valor de R\$ 157,7 milhões e "Contraprestação de Parceria Público-Privada (PPP) - Iluminação Pública" R\$ 77,6 milhões.

Entre as reduções, sobressai a Secretaria de Habitação (cód. 14), cujo orçamento recua de R\$ 4,0 bilhões para R\$ 1,9 bilhões (redução de R\$ 2,1 bilhões, ou 51,6%). Em seguida, destacam-se as queda de R\$ 637,5 milhões do Fundo Municipal de Desenvolvimento do Trânsito (cód. 87) e de R\$ 617 milhões do Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura (cód. 86). No caso do Fundo de Trânsito, a redução de R\$1,5 bilhão para R\$ 899 milhões, equivalente a 41,5%, está relacionada ao aumento da desvinculação de receitas municipais autorizada pela EC 136/2025 (versão "Desvinculação de Recursos - EC 136/2025"). Já a queda no Fundo de Saneamento de R\$ 837 milhões para R\$ 219 milhões (73,8%) do decorre da antecipação, em 2024, de receitas oriundas do repasse de 7,5% do faturamento da Sabesp na capital. A antecipação foi parte das condições estabelecidas pela Lei nº 18.107/2024 para viabilizar a privatização da companhia.

Com relação às subprefeituras, o conjunto dos 32 órgãos registra orçamento de 2,7% (R\$ 55 milhões), passando de R\$ 2,08 bilhões para R\$ 2,13 bilhões. A proposta da Secretaria Municipal das Subprefeituras, por sua vez, aumenta de R\$ 3,64 bilhões para R\$ 4,59 bilhões (equivalente a 26,1%, ou R\$ 951 milhões).

Despesas por Grupo

A Tabela 3 apresenta o detalhamento dos valores propostos para 2026 por grupo de despesa, em comparação com o orçamento atualizado de 2025 e a execução até setembro do mesmo exercício.

Tabela 3 - Comparativo – por Grupos da Despesa – em R\$

Descrição	2025		2026		
	Orçamento Atualizado (A)	Liquidado até 30/09 (B)	Proposta (C)	(B)/(A)%	Var.%(C)/(A)
DESPESA CORRENTE (I)	108.906.871.642	75.608.495.177	114.064.239.155	69,4%	4,7%
Pessoal e Encargos Sociais	43.339.065.621	28.687.232.811	43.964.821.656	66,2%	1,4%
Juros e Encargos da Dívida	1.386.530.941	492.507.947	1.751.362.757	35,5%	26,3%
Outras Despesas Correntes	64.181.275.080	46.428.754.419	68.348.054.742	72,3%	6,5%
DESPESA DE CAPITAL (II)	20.195.576.998	7.892.448.420	21.105.792.279	39,1%	4,5%
Investimentos	16.803.210.170	5.660.561.304	17.502.324.494	33,7%	4,2%
Inversões Financeiras	1.676.304.865	1.129.372.169	1.477.190.343	67,4%	-11,9%
Amortização da Dívida	1.716.061.963	1.102.514.947	2.126.277.442	64,2%	23,9%
Reserva de Contingência (III)	1.000	0	275.000.000	0,0%	-
DESPESA TOTAL (I + II + III)	129.102.449.640	83.500.943.597	135.445.031.434	64,7%	4,91%

Fonte: PLOA2026 e Execução Orçamentária SF/PMSP - posição 30/setembro 2025

No PLOA 2026, as despesas correntes somam R\$ 114,1 bilhões, um aumento de 4,7% em relação ao valor atualizado de 2025. O grupo “Pessoal e Encargos Sociais” totaliza R\$ 44,0 bilhões, representando um crescimento de 1,4% em relação a 2025. Entre os elementos deste grupo, destaca-se “vencimentos e vantagens fixas”, com previsão de R\$ 18,5 bilhões, (crescimento de 7,4%); aposentadorias, no valor de R\$ 13,2 bilhões (queda de 1,1%); obrigações patronais previdenciárias, no montante de R\$ 6,4 bilhões (1,6% de aumento) e precatórios alimentares, que caem de R\$ 4,0 bilhões para R\$ 2,6 bilhões (queda de 35,6%).

A estabilidade do grupo decorre, em grande medida, da redução do comprometimento com precatórios, em virtude da Emenda Constitucional nº 136/2025, que alterou a sistemática de pagamento desses débitos. O novo regime vincula o montante anual a ser pago à relação entre o estoque de precatórios vencidos e a Receita Corrente Líquida (RCL). No caso do município de São Paulo, o estoque atual, correspondente a aproximadamente 27% da RCL, reduz o limite de comprometimento anual de 5% para 2%,

As despesas com Juros e Encargos da Dívida atingem R\$ 1,75 bilhão, com crescimento de 26,3%, impulsionado pela expectativa de novas operações de crédito em 2026 e pelo consequente aumento do serviço da dívida mobiliária.

O grupo de despesa “Outras Despesas Correntes”, que reúne gastos de custeio e manutenção dos serviços públicos, é o mais representativo em termos de valor, totalizando R\$ 68,3 bilhões, com crescimento de 6,5% frente ao valor atualizado de 2025. A Tabela 5 informa as 10 maiores ações que compõe esse grupo, bem como comparativo com o seu valor atualizado e liquidado até setembro/2025.

Tabela 5 - Outras Despesas Correntes - Maiores Ações – PLOA 2026

Cd	Descrição da Ação	2025		2026	(B)/ (A)%	Var.% (C)/(A)
		Orçamento Atualizado (A)	Liquidado até 30/09 (B)	Proposta (C)		
2520	Manutenção e Operação em Atenção Básica, Especialidades e de Serviços Auxiliares de Diagnóstico e Terapia	8.140.560.757	6.417.113.146	7.984.236.818	78,8%	-1,9%
2507	Manutenção e Operação em Atenção Hospitalar e de Urgência e Emergência	6.642.200.049	5.522.632.475	7.459.205.189	83,1%	12,3%
52	Aporte do IRRF para cobertura do deficit atuarial do RPPS	5.521.973.064	3.578.371.602	5.444.075.609	64,8%	-1,4%
4701	Compensações Tarifárias do Sistema de Ônibus	5.354.134.962	4.253.125.225	5.515.890.819	79,4%	3,0%
2828	Manutenção e Operação da Rede Parceira - Centro de Educação Infantil (CEI)	4.771.764.940	4.689.658.841	6.330.220.043	98,3%	32,7%
6010	Concessão dos Serviços Divisíveis de Limpeza Urbana em Regime Público	2.795.360.898	1.915.818.207	3.008.148.521	68,5%	7,6%
2100	Administração da Unidade	1.890.186.387	1.237.183.962	2.139.290.351	65,5%	13,2%
4113	Sistema Municipal de Regulação, Controle, Avaliação e Auditoria do SUS	1.927.001.437	1.222.367.729	2.046.005.384	63,4%	6,2%
4702	Serviços de Engenharia de Tráfego	1.307.619.517	921.416.556	1.408.023.719	70,5%	7,7%
6007	Serviços de Limpeza Urbana - Varrição e Lavagem de Áreas Públicas	1.328.271.932	805.362.564	1.858.818.154	60,6%	39,9%
Soma dos 10 maiores		39.679.073.943	30.563.050.307	43.193.914.607	77,0%	8,9%
Demais Ações		24.502.201.137	15.865.704.113	25.154.140.135	64,8%	2,7%
Total - Outras Despesas Correntes		64.181.275.080	46.428.754.419	68.348.054.742	72,3%	6,49%

Fonte: PLOA2026 e Execução Orçamentária SF/PMSP - posição 30/setembro 2025

Despesas de Capital. As despesas de capital totalizam R\$ 21,1 bilhões, representando crescimento de 4,5% frente ao orçamento atualizado de 2025.

O grupo “Investimentos” responde por R\$ 17,5 bilhões, dos quais R\$ 11,1 bilhões (63,7%) concentram-se nas dez maiores ações listadas na Tabela 6.

Tabela 6 - Maiores Investimentos – PLOA 2026

Cód.	Descrição das Ações	Valor (R\$)	% do Total
1800	Eletrificação da Frota e Melhoria da Gestão do Sistema de Transporte Coletivo	2.270.330.908	13,0%
5013	Intervenções no Sistema de Drenagem	1.455.946.054	8,3%
1137	Pavimentação e Recapeamento de Vias	1.260.415.000	7,2%
3340	Programa Pode Entrar - Entidades, Empresas e Aquisição	1.254.013.000	7,2%
3354	Provisão de Unidades Habitacionais	1.110.709.904	6,3%
3357	Urbanização de Favelas	1.081.617.053	6,2%
3351	Viver Paraisópolis	768.528.363	4,4%
1536	Ampliação, Reforma e Requalificação de Equipamentos em Atenção Hospitalar e de Urgência e Emergência	727.113.790	4,2%
5100	Intervenções no Sistema Viário	686.834.355	3,9%
5105	Intervenções na Área de Mobilidade Urbana	528.289.573	3,0%
Soma dos 10 maiores		11.143.798.000	63,7%
Demais Investimentos		6.358.526.494	36,3%
Valor Total dos Investimentos		17.502.324.494	100,0%

Fonte: PLOA2026

Quanto à fonte de recursos que financiam os investimentos, as operações de crédito constituem a principal delas, respondendo por R\$ 7,3 bilhões (41,5% do total). Conforme o "Demonstrativo das Operações de Crédito" do Anexo de Dívida Pública do PLOA, do total previsto de operações de crédito para o próximo ano, já estão contratados R\$ 2,2 bilhões. A próxima seção apresenta um detalhamento das ações financiadas por operações de crédito. Os recursos vinculados do Tesouro Municipal respondem por R\$ 5,0 bilhões (28,3%), e os recursos livres por R\$ 4,5 bilhões (25,9%).

As despesas do grupo “Inversões Financeiras” estão estimadas em R\$ 1,5 bilhão. Este grupo abrange aumento de capital de empresas e despesas de capital associadas às parcerias público-privadas e concessionárias. A maior parte desse montante (R\$ 709 milhões) destina-se à ação “Compensações Tarifárias do Sistema de Ônibus”, para cobrir despesas de capital das concessionárias. Até setembro/25, foram liquidadas despesas nesse grupo no valor de R\$ 1,1 bilhão, dos quais R\$ 817 milhões referem-se à compensações tarifária.

Por fim, o grupo "Amortização da Dívida" alcança R\$ 2,1 bilhões, a maior parte dos quais (R\$ 1,2 bilhão) destina-se à recomposição dos depósitos judiciais, conforme a Lei Complementar nº 151/2015, e os restantes R\$ 866 milhões são relativos à amortização da dívida pública propriamente

Despesas por Fonte

A Tabela 7 detalha as despesas propostas no PLOA 2026, em comparação com orçamento atualizado de 2025 e a execução até setembro do mesmo exercício. As informações estão classificadas por fonte de recursos, evidenciando a estrutura de financiamento das ações municipais.

Tabela 7 - Despesa por Fonte de Recursos - LOA 2025 e PLOA 2026 - em R\$

Cd	Descrição da Fonte	2025		2026	(B)/(A)%	Var.%(C)/(A)
		Orçamento Atualizado (A)	Liquidado até 30/09 (B)	Proposta (C)		
0	Tesouro Municipal	82.972.881.673	58.434.133.278	88.273.750.441	70,4%	6,4%
1	Operações de Crédito	6.868.890.827	2.056.669.760	7.255.808.584	29,9%	5,6%
2	Transferências Federais	5.720.747.920	3.055.959.503	4.968.813.827	53,4%	-13,1%
3	Transferências Estaduais	1.008.064.066	350.285.606	980.227.240	34,7%	-2,8%
4	Fundo Constitucional da Educação	7.573.745.998	5.891.907.989	8.781.424.803	77,8%	15,9%
5	Outras Fontes	267.597.764	157.077.273	444.434.137	58,7%	66,1%
6	Recursos Próprios da Adm Indireta	26.493.875	5.637.150	39.213.429	21,3%	48,0%
7	Receita Condicionada	1.000.000.000	0		0,0%	-
8	Tesouro Municipal - Recursos Vinculados	6.999.803.548	3.113.666.018	7.267.138.130	44,5%	3,8%
9	Recursos Próprios da Empresa Dependente	297.773.345	126.935.540	664.460.852	42,6%	123,1%
10	Alienação de Bens/Ativos	74.127.809	43.939.038	17.592.774	59,3%	-76,3%
11	Depósitos Judiciais	1.160.000.004	603.839.089	1.117.597.718	52,1%	-3,7%
20	Rec Vinculados à Previdência Social	15.132.322.812	9.660.893.351	15.634.569.499	63,8%	3,3%
Total Geral		129.102.449.640	83.500.943.597	135.445.031.434	64,7%	4,9%

Fonte: PLOA 2026

A principal fonte são os recursos próprios do Tesouro Municipal originados da arrecadação de impostos, taxas, transferências constitucionais e outras receitas próprias, que totalizam R\$ 88,3 bilhões. Comparativamente ao orçamento atualizado 2025, a proposta prevê um aumento de 6,4% das despesas suportadas por essa fonte.

A segunda maior fonte é a dos Recursos Vinculados à Previdência Social, que somam R\$ 15,6 bilhões, crescimento de 3,3%. Esses valores são provenientes, principalmente, das contribuições previdenciárias (patronais/servidores) e do aporte do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), destinado à cobertura do déficit atuarial do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS). Tais recursos financiam despesas obrigatórias com aposentadorias e pensões.

A terceira fonte são os recursos recebidos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), cuja previsão para 2026 é de

R\$ 8,8 bilhões, valor 15,9% superior ao orçamento atualizado de 2025. Além de receber recursos, o município também contribui para o Fundeb com o equivalente a 20% das transferências que recebe de impostos, como ICMS e IPVA. No PLOA 2026, a previsão é que a contribuição do município seja de R\$ 3,4 bilhões, resultando em um recebimento líquido de recurso de R\$ 5,4 bilhões.

Os Recursos Vinculados do Tesouro Municipal são estimados em R\$ 7,27 bilhões, apresentando crescimento moderado de 3,8% em relação a 2025. Ressalta-se, contudo, que parte desses recursos foi objeto de desvinculação (ver próxima seção: “Desvinculação de Recursos - EC 136/2025”), o que reduziu o montante originalmente previsto. Entre as fontes remanescentes, destacam-se as receitas de Certificados de Potencial Adicional de Construção (CEPACs) e suas aplicações (R\$ 2,5 bilhões), vinculadas à Secretaria de Urbanismo e Licenciamento, órgão responsável pela execução das operações urbanas. Destacam-se também para receitas de outorga onerosa e aplicações (R\$ 2,2 bilhões), vinculadas ao Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano (FUNDURB).

Outra fonte importante são as Operações de Crédito, que somam R\$ 7,26 bilhões, com aumento de 5,6% frente a 2025. Conforme mostra a Tabela 8, os principais projetos custeados por essas operações são: a eletrificação da frota de transporte coletivo (R\$ 2,27 bilhões), o programa habitacional "Pode Entrar" (R\$ 1,0 bilhão) e pavimentação/recapeamento (R\$ 931 milhões).

Tabela 8 - Operações de Crédito - Maiores Ações – PLOA 2026

Cód.	Descrição das Ações	Valor (R\$)
1800	Eletrificação da Frota e Melhoria da Gestão do Sistema de Transporte Coletivo	2.270.330.908
3340	Programa Pode Entrar - Entidades, Empresas e Aquisição	1.000.004.000
1137	Pavimentação e Recapeamento de Vias	931.332.000
5013	Intervenções no Sistema de Drenagem	704.075.264
1536	Ampliação, Reforma e Requalificação de Equipamentos em Atenção Hospitalar e de Urgência e Emergência	500.000.000
3770	BRT Radial Leste	294.722.225
1094	Corredor Aricanduva - Obras do BRT - 1.1	192.966.419
3380	Construção de Pontes, Viadutos e Alças	180.262.400
7211	Parceria Público-Privada (PPP) - Parque Dom Pedro II	157.729.600
5810	Projeto Qualifica SUAS	152.993.947
	Demais Operações de Crédito	871.391.821
	TOTAL	7.255.808.584

Fonte: PLOA 2026

As Transferências Federais totalizam R\$ 4,97 bilhões, representando uma redução de 13,1% frente ao orçamento atualizado de 2025. A maior parte desses recursos (72% do total) corresponde aos repasses do Sistema Único de Saúde - SUS, destinados ao financiamento das ações e serviços públicos de saúde. A retração observada no valor global decorre, sobretudo, da diminuição das transferências vinculadas à assistência social, cujo montante passa de R\$ 389 milhões (valor atualizado até setembro de 2025) para R\$ 66 milhões na proposta para 2026.

Entre as demais fontes de menor expressão orçamentária, destacam-se as Transferências Estaduais, estimadas em R\$ 980 milhões, que apresentam leve redução de 2,8% em comparação ao exercício corrente. Os Recursos Próprios das Empresas Dependentes (COHAB, SP Urbanismo e SP Cine) registram crescimento expressivo de 123,1%, totalizando R\$ 664 milhões, resultado da elevação prevista nas receitas da COHAB (de R\$ 216 milhões para R\$ 496 milhões) e da SP Urbanismo (de R\$ 60 milhões para R\$ 157 milhões).

As Outras Fontes, por sua vez, apresentam expansão de 66,1%, alcançando R\$ 444 milhões, destacando-se a previsão de R\$ 199 milhões decorrentes de contrato de patrocínio para carnaval. Em sentido oposto, as receitas de Alienação de Bens e Ativos sofrem redução acentuada de 76,3%, denotando menor expectativa de arrecadação com a venda de ativos públicos no exercício de 2026.

Desvinculação de Recursos - EC 136/2025

Em virtude da promulgação da Emenda Constitucional nº 136, de 9 de setembro de 2025, os municípios passaram a contar com maior flexibilidade na aplicação de suas receitas orçamentárias, conforme a nova redação conferida ao art. 76-B do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. O dispositivo autoriza a desvinculação de receitas correntes municipais, até 31 de dezembro de 2032, nos percentuais de 50% até 2026 e 30% de 2027 a 2032.

A norma mantém exceções à desvinculação, que não se aplica a: recursos destinados ao financiamento das ações e serviços públicos de saúde, à manutenção e desenvolvimento do ensino (art. 198 e art. 212 da CF); receitas de contribuições previdenciárias; transferências obrigatórias e voluntárias entre entes da Federação com destinação especificada em lei e fundos instituídos pelo Tribunal de Contas do Município.

As possíveis desvinculações estão identificadas na PLOA2026, sendo elas estimadas em R\$ 1,78 bilhão. Com a desvinculação, recursos provenientes das fontes 05 e 08 são redirecionados para despesas na fonte 00, resultando em um aparente desequilíbrio com mais receitas do que despesas nas fontes 05 e 08.

A maior parte desses recursos desvinculados decorre das receitas de multa de trânsito do Fundo de Desenvolvimento do Trânsito (R\$ 862 milhões) e da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública (Cosip) do Fundo de Iluminação Pública (R\$ 434 milhões).

Tabela 9 - Desvinculação das Fontes - PLOA 2026 - em R\$

Cód.	Descrição da Fonte	Receita	Despesa	Varição
00	Tesouro Municipal	86.555.793.554	88.273.750.441	1.717.956.887
01	Operações de Crédito	7.255.808.584	7.255.808.584	-
02	Transferências Federais	4.968.813.827	4.968.813.827	-
03	Transferências Estaduais	980.227.240	980.227.240	-
04	Fundo Constitucional da Educação	8.781.424.803	8.781.424.803	-
05	Outras Fontes	444.446.729	444.434.137	-12.592
06	Rec. Próprios da Adm. Indireta	39.213.429	39.213.429	-
08	Tesouro Mun - Rec. Vinculados	8.985.082.425	7.267.138.130	-1.717.944.295
09	Rec. Próprios da Emp. Dependente	664.460.852	664.460.852	-
10	Alienação de Bens/Ativos	17.592.774	17.592.774	-
11	Depósitos Judiciais	1.117.597.718	1.117.597.718	-
20	Recursos Vinculados à Previdência Social	15.634.569.499	15.634.569.499	-
TOTAL		135.445.031.434	135.445.031.434	-

Fonte: Anexo de Previsão de Receita - PLOA2026

Despesas por Função

A Tabela 10 apresenta uma análise comparativa entre a proposta orçamentária para 2026 e o orçamento atualizado de 2025, destacando a distribuição da despesa por função de governo.

Tabela 10 - Despesa por Função
Orçamento Atualizado e Liquidado 2025 x Proposta 2026 – em R\$

Cd	Descrição da Fonte	2025		2026	(B)/ (A)%	Var.% (C)/(A)
		Orçamento Atualizado (A)	Liquidado até 30/09 (B)	Proposta (C)		
1	Legislativa	1.780.527.173	1.016.711.211	1.785.624.054	57,1%	0,3%
2	Judiciária	357.808.161	220.914.774		61,7%	-
3	Essencial à Justiça			673.201.749	-	-
4	Administração	3.372.547.030	2.197.116.008	3.932.047.582	65,1%	16,6%
5	Defesa Nacional	226.290	119.281		52,7%	-
6	Segurança Pública	1.664.139.454	1.190.987.149	1.918.895.102	71,6%	15,3%
7	Relações Exteriores	26.363.077	1.923.094	26.182.371	7,3%	-0,7%
8	Assistência Social	3.074.916.379	1.922.192.390	2.971.668.425	62,5%	-3,4%
9	Previdência Social	23.225.570.389	14.915.656.519	23.731.275.280	64,2%	2,2%
10	Saúde	23.704.017.995	17.826.036.480	25.429.678.963	75,2%	7,3%
11	Trabalho	488.307.073	362.322.271	372.145.278	74,2%	-23,8%
12	Educação	27.430.364.078	19.377.446.847	30.555.438.411	70,6%	11,4%
13	Cultura	1.317.452.939	693.591.070	1.160.515.827	52,6%	-11,9%
14	Direitos da Cidadania	744.458.542	514.126.700	804.625.043	69,1%	8,1%
15	Urbanismo	10.802.410.642	5.796.512.367	16.796.695.736	53,7%	55,5%
16	Habitação	6.084.065.822	2.510.031.232	5.653.611.473	41,3%	-7,1%
17	Saneamento	1.791.668.223	812.278.403	1.455.946.054	45,3%	-18,7%
18	Gestão Ambiental	776.668.436	435.127.765	818.082.144	56,0%	5,3%
19	Ciência e Tecnologia	4.875.032	3.694.169		75,8%	-
20	Agricultura	6.130.369	5.780.369	6.284.203	94,3%	2,5%
23	Comércio e Serviços	692.755.832	594.524.155	690.887.166	85,8%	-0,3%
24	Comunicações	302.298.796	238.555.242		78,9%	-
26	Transporte	13.840.875.532	8.081.578.304	9.941.154.986	58,4%	-28,2%
27	Desporto e Lazer	805.028.104	517.496.420	664.400.771	64,3%	-17,5%
28	Encargos Especiais	6.808.973.272	4.266.221.377	5.781.670.816	62,7%	-15,1%
99	Reserva de Contingência	1.000	0	275.000.000	0,0%	-
Total Geral		129.102.449.640	83.500.943.597	135.445.031.434	64,7%	4,9%

Fonte: PLOA2026 e Execução Orçamentária SF/PMSP - posição 30/setembro 2025

No detalhamento por função, as maiores destinações concentram-se em Educação (R\$ 30,6 bilhões), Previdência Social (R\$ 23,7 bilhões) e Saúde (R\$ 25,4 bilhões), que, em conjunto, respondem por aproximadamente 59% do total das despesas orçamentárias municipais.

A Educação apresenta expansão de 11,4% frente ao valor atualizado, mantendo-se como a maior função de despesa do orçamento municipal. A Saúde, segunda maior função, registra crescimento de 7,3%, alcançando R\$ 25,4 bilhões.

A Previdência Social, por sua vez, tem aumento mais moderado (2,2%), atingindo R\$ 23,7 bilhões. Entre as funções com maior variação positiva, destaca-se Urbanismo, com elevação expressiva de 55,5%, totalizando R\$ 16,8 bilhões. O crescimento decorre, sobretudo, alteração da classificação de ações que, até o orçamento 2025, estavam enquadradas na função Transporte, e na PLOA 2026 passam a ser considerada como Urbanismo. A principal delas é “Serviços de Engenharia de Tráfego”, cujo dotação proposta de R\$ 1,4 bilhão. Outras ações que migraram da função Transporte para Urbanismo somam R\$ 700 milhões (Corredor Aricanduva, Sinalização do Sistema Viário, Controle e Fiscalização de Tráfego, Ciclofaixas, Policiamento de Trânsito). Adicionalmente, o aumento de Urbanismo é influenciado pela elevação da despesa com “Serviços de Limpeza Urbana - Varrição e Lavagem de Áreas Públicas”, que passa de R\$ 1,33 bilhão no orçamento atualizado de 2025 para R\$ 1,86 bilhão na proposta para 2026.

Ressalta-se que, a partir da proposta para 2026, as despesas anteriormente classificadas na função 2 - Judiciária passaram a ser enquadradas na função 3 - Essencial à Justiça. O crescimento desta função, cuja dotação proposta para 2026 (R\$ 673,2 milhões) supera em 88,1% o valor anteriormente alocado na função Judiciária no orçamento de 2025, decorre, em grande medida, da ampliação dos recursos destinados ao Fundo Especial da Procuradoria Geral do Município (FEPGM), conforme já comentado no detalhamento da despesa por órgão.

Em sentido oposto, observa-se redução significativa nas funções Transporte (-28,2%), Saneamento (-18,7%), Desporto e Lazer (-17,5%), Encargos Especiais (-15,1%) e Cultura (-11,9%).

A queda mais acentuada ocorre em Transporte, cuja dotação passa de R\$ 13,8 bilhões para R\$ 9,9 bilhões, refletindo, como mencionado, a realocação de diversas ações para a função Urbanismo.

Despesas Constitucionais - Saúde e Educação

Com relação aos gastos constitucionais e legais nas áreas de saúde e educação, a proposta orçamentária destina o equivalente a 33,6% (ou R\$ 29,8 bilhões) da Receita Resultante de Impostos às despesas relacionadas à manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental, da educação infantil e inclusiva, atendendo ao art. 208 da Lei Orgânica do Município, que estabelece 31,0% como o mínimo obrigatório, e à meta 1 do Plano Municipal de Educação, que amplia o percentual para 33,0%.

No que se refere especificamente à manutenção e desenvolvimento do ensino, o art. 212 da Constituição Federal e o art. 2º da Lei Municipal nº 13.245/2001 estabelecem a aplicação mínima de 25,0% da Receita Resultante de Impostos. A proposta orçamentária para 2026 prevê a aplicação de 25,5%, correspondentes a R\$ 22,6 bilhões, atendendo, portanto, aos parâmetros legais e constitucionais.

**Tabela 11 - Despesas Constitucionais - Saúde e Educação
em % da Receita Resultante de Impostos**

	Mínimo Legal	Proposta 2026
Educação (CF art. 212 e LOM art. 208)		
Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	25,0%	25,5%
Manutenção e Desenvolvimento do Ensino + Educação Inclusiva	31,0%	33,6%
Saúde (EC 29/00)		
	15,0%	22,5%

Fonte: PLOA 2026

Para as ações e serviços públicos de saúde, a proposta destina 22,5% (R\$ 19,9 bilhões) da receita decorrente de impostos, em conformidade com a Emenda Constitucional - EC nº 29/00 e com a Lei Complementar nº 141/12, que determinam a aplicação mínima de 15,0%.

Orçamento e Indicadores Fiscais

O PLOA, em seu Anexo de Demonstrativos Gerais, apresenta um quadro que compatibiliza os valores previstos de receitas e despesas com as metas primária e nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO de 2026 (Lei nº 18.286/2025).

Tabela 13 - Metas Fiscais - em R\$

	Metas 2026	PLOA 2026
Receitas Primárias (I)	119.490.745.560	125.727.866.231
Despesas Primárias (II)	129.127.708.619	131.567.391.235
Resultado Primário (= I - II)	-9.636.963.059	-5.839.525.004
Dívida Consolidada Líquida Inicial (IV)	32.736.016.783	32.736.016.783
Dívida Consolidada Líquida Final (V)	50.563.239.614	45.776.914.464
Resultado Nominal (= IV - V)	-17.827.222.831	-13.040.897.681

O resultado primário previsto no PLOA de déficit de R\$ 5,8 bilhões está dentro da meta de déficit de R\$ 9,6 bilhões estabelecida na LDO. O resultado nominal constante no PLOA de déficit de R\$ 13,0 bilhões também é compatível com a meta definida na LDO.

Relação Despesa e Receita Corrente. O art. 167-A da Constituição Federal (EC nº 109/2021) estabelece outro indicador de relevância. Caso a despesa corrente supere o limite de 95% da receita corrente arrecadada, fica facultado aos Poderes Executivo e Legislativo aplicar mecanismos de contenção de despesa. Entre esses mecanismos estão a vedação de: concessão de aumento salarial e de auxílios a servidores, criação de cargos, criação ou aumento acima da inflação de despesa obrigatória, concessão de incentivo ou benefício fiscal. Caso todos os mecanismos previstos não tenham sido aplicados, o município ficará impedido de tomar operações de crédito bem como receber garantias com outros entes da Federação.

Para o exercício 2026, a PLOA prevê despesas correntes de R\$ 106,0 bilhões e receitas correntes de R\$ 113,2 bilhões, resultando em uma relação despesas correntes/receitas correntes de 93,59%.

Regionalização por Subprefeitura

Parte das despesas orçamentárias é detalhada de forma regionalizada no PLOA 2026. As ações no valor R\$ 80,8 bilhões (correspondente a 59,6% do total) foram vinculadas à área de abrangência de alguma subprefeitura. Importa destacar que essas despesas regionalizadas não se confundem com aquelas executadas exclusivamente pelas Subprefeituras, pois englobam, além dos gastos executados por esses órgãos, as despesas de outros órgãos da administração cuja execução ocorre nas áreas abrangidas pelas subprefeituras.

Despesas da Secretaria da Educação (no valor de R\$ 21,3 bilhões) e do Fundo de Saúde (R\$ 20,4 bilhões) representam a maior parcela do orçamento regionalizado, correspondendo a 51,6% do total. A Tabela 14 apresenta os valores regionalizados por área de subprefeitura, distinguindo as ações desses dois órgãos com maiores despesas regionalizadas.

Observa-se que as regiões da Sé (R\$ 6,9 bilhões), Campo Limpo (R\$ 4,8 bilhões), M'Boi Mirim (R\$ 4,5 bilhões) e Capela do Socorro (R\$ 4,2 bilhões), concentram aproximadamente 25% do total regionalizado. Na área da Sé, sobressaem-se as intervenções no sistema de drenagem no valor de R\$ 1,3 bilhão, a ser executada pela Secretaria de Infraestrutura Urbana e Obras. Na região do Campo Limpo, destaca-se o programa habitacional "Viver Paraisópolis" no valor de R\$ 769 milhões sob responsabilidade da Secretaria de Urbanismo e Licenciamento. No M'Boi Mirim, as despesas na área da saúde alcançam R\$ 1,6 bilhão, e, na região da Capela do Socorro, predominam as despesas na área da educação no valor de R\$ 1,3 bilhão. De forma geral, essas regiões apresentam expressiva participação tanto nas despesas da Educação quanto nas despesas de Saúde, refletindo a elevada demanda por serviços públicos locais, em especial os relacionados à rede escolar municipal e à atenção básica à saúde.

Nas demais regiões, os valores destinados à Secretaria Municipal de Educação apresentam diferenças expressivas, refletindo demandas mais desiguais entre as regiões do município. Em contraste, a distribuição dos recursos do Fundo de Saúde revela maior uniformidade, com variações menos acentuadas entre as subprefeituras.

Tabela 14 - Despesa Regionalizada por Órgão - Proposta 2026 – em R\$

Regiões	Sec. Educação	Fundo de Saúde	Demais Órgãos	Valor Total (R\$)
Sé	377.198.391	742.505.099	5.786.187.865	6.905.891.355
Campo Limpo	1.417.081.190	601.320.142	2.735.258.754	4.753.660.086
M'Boi Mirim	1.179.683.452	1.613.811.049	1.735.042.622	4.528.537.123
Capela do Socorro	1.321.979.252	791.210.306	2.105.420.997	4.218.610.555
São Mateus	1.211.768.155	576.192.354	1.191.747.680	2.979.708.189
Itaquera	1.059.471.573	584.821.340	1.266.626.759	2.910.919.673
Pirituba/Jaraguá	1.087.070.467	661.479.162	1.059.809.664	2.808.359.294
São Miguel Paulista	869.666.923	791.951.232	1.009.964.489	2.671.582.644
Freguesia/Brasilândia	922.649.393	815.085.316	912.508.749	2.650.243.457
Cidade Ademar	824.460.438	620.699.044	1.196.990.426	2.642.149.907
Butantã	962.555.867	586.739.999	1.070.737.105	2.620.032.971
Itaim Paulista	965.802.426	604.866.977	944.469.521	2.515.138.923
Penha	757.546.663	535.959.089	1.139.833.465	2.433.339.217
Cidade Tiradentes	809.982.414	828.413.539	761.169.114	2.399.565.068
Mooca	369.994.068	713.800.446	1.289.222.684	2.373.017.198
Guaianases	749.749.191	602.371.959	885.201.611	2.237.322.761
Parelheiros	393.952.434	823.419.496	1.014.142.887	2.231.514.817
Aricanduva/Formosa/ Carrão	309.626.916	503.824.467	1.355.647.773	2.169.099.155
Ipiranga	721.835.768	551.387.349	866.862.043	2.140.085.160
Vila Maria/Vila Guilherme	546.108.419	710.075.046	825.016.318	2.081.199.783
Jabaquara	331.302.468	673.387.917	1.049.023.565	2.053.713.949
Jaçanã/Tremembé	611.886.338	570.111.402	871.478.389	2.053.476.129
Casa Verde/Cachoeirinha	513.663.550	714.178.380	822.255.794	2.050.097.725
Sapopemba	617.155.753	642.562.817	759.137.655	2.018.856.225
Santo Amaro	274.303.920	500.559.174	1.093.436.815	1.868.299.909
Perus/Anhanguera	512.192.424	629.161.575	704.090.010	1.845.444.008
Lapa	295.633.020	378.143.981	1.092.664.991	1.766.441.991
Ermelino Matarazzo	403.377.213	564.824.545	663.110.072	1.631.311.830
Vila Prudente	310.131.602	428.072.665	680.471.768	1.418.676.035
Santana/Tucuruvi	317.702.525	348.931.835	721.277.761	1.387.912.121
Vila Mariana	154.003.182	330.485.024	725.523.421	1.210.011.627
Pinheiros	106.211.387	345.667.096	725.505.642	1.177.384.124
Total	21.305.746.782	20.386.019.821	39.059.836.408	80.751.603.011